



03 DE OUTUBRO DE 2016

Segunda-feira

- HORÁRIO DE VERÃO COMEÇA NO PRÓXIMO DIA 16 DE OUTUBRO
- TST DECIDE QUE ACORDO COLETIVO NÃO PODE SE SOBREPOR À CLT
- SINDICATOS PODEM SER OBRIGADOS A PRESTAR CONTAS DO USO DO IMPOSTO SINDICAL
- GREVE DOS BANCÁRIOS ENTRA NA QUINTA SEMANA
- MINISTRO DA FAZENDA PREVÊ QUEDA DO DESEMPREGO PARA 2017
- CURITIBA PODE TER ORÇAMENTO DE R\$ 8,65 BILHÕES PARA 2017
- BANDEIRA TARIFÁRIA DE OUTUBRO É VERDE, SEM VALOR ADICIONAL NAS CONTAS DE LUZ
- É CLIENTE HSBC? TIRE TODAS AS DÚVIDAS SOBRE A TRANSIÇÃO PARA O BRADESCO
- EMPRESAS DO BRASIL E DA ITÁLIA QUEREM SE UNIR PARA INVESTIR EM INFRAESTRUTURA
- APESAR DE PROGRAMAS, IGUALDADE DE GÊNERO NAS EMPRESAS AINDA É DESAFIO
- NA CRISE, BANCOS "PUNEM" MAIS O CONSUMIDOR QUE AS EMPRESAS
- ESTRESSE, DEPRESSÃO E ANSIEDADE DESAFIAM AS EMPRESAS
- BRASIL ENTRA COM PROCESSO NA OMC CONTRA SUBSÍDIOS DOS EUA A EXPORTAÇÃO DE AÇO
- PRESIDENTE DEVE ABORDAR AJUDA AO SETOR AUTOMOTIVO
- MANUAL DE ORIENTAÇÃO DO eSOCIAL ESTÁ DISPONÍVEL NA INTERNET
- RECEITA ANUNCIA MEDIDAS NO DIA 3 PARA RECUPERAR TRIBUTOS COMPENSADOS INDEVIDAMENTE
- MINISTÉRIO DISCUTE REDESENHO DO SETOR DE COMBUSTÍVEIS
- AUMENTO DA POPULAÇÃO INATIVA PODE ESTAR LIGADO AO AVANÇO NO DESALENTO, DIZ IBGE
- PSA QUER RETOMAR 5% DO MERCADO BRASILEIRO COM PEUGEOT E CITROËN
- KIA TERÁ CENTRO TECNOLÓGICO EM SALTO (SP)
- RENAULT-NISSAN E DAIMLER INTENSIFICAM PARCERIA
- PLANO DE PREVIDÊNCIA CONSERVADOR RENDE MUITO POUCO, APONTA ESTUDO

- ANÁLISE: EXPECTATIVAS ECONÔMICAS SE DESCOLAM DA REALIDADE NO PAÍS
- PARA POR FIM A PROCESSO, VW VAI PAGAR US\$ 1,21 BI A CONCESSIONÁRIAS DOS EUA
- TJLP FICARÁ EM 7,5% AO ANO ATÉ O FIM DE 2016
- CHINESA CMOC CONCLUI NEGÓCIO COM ANGLO NO BRASIL E MIRA NOVAS OPORTUNIDADES
- INDÚSTRIA DO BRASIL REDUZ PRODUÇÃO E FUNCIONÁRIOS E CONTRAÇÃO SE PROLONGA EM SETEMBRO, MOSTRA PMI

CÂMBIO		
EM 03/10/2016		
	Compra	Venda
Dólar	3,231	3,232
Euro	3,622	3,623

Fonte: BACEN

Horário de verão começa no próximo dia 16 de outubro

03/10/2016 – Fonte: Bem Paraná



Daqui a 15 dias começa o horário brasileiro de verão, e os relógios deverão ser adiantados em uma hora nas regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste. Neste ano, o horário diferenciado vai vigorar do dia 16 de outubro a 19 de fevereiro.

O objetivo da medida, adotada no Brasil desde 1931, é proporcionar uma economia de energia para o país, com menor consumo no horário de pico (entre as 18h e as 21h), pelo aproveitamento maior da luminosidade natural. Com isso, o uso de energia gerada por termelétricas pode ser evitado, reduzindo o custo da geração de eletricidade.

No ano passado, a adoção do horário de verão possibilitou uma economia de R\$ 162 milhões, segundo o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS). A economia foi possível porque não foi preciso adicionar mais energia de usinas termelétricas para garantir o abastecimento do país nos horários de pico.

Essa redução representa cerca de 4,5% da demanda de ponta das três regiões e é equivalente a uma vez e meia a carga no horário de ponta de Brasília ou o dobro da carga no horário de ponta de Florianópolis.

TST decide que acordo coletivo não pode se sobrepor à CLT

03/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

O TST (Tribunal Superior do Trabalho) decidiu nessa segunda-feira (26) que nem todo acordo coletivo pode se sobrepor à CLT (Consolidação das Leis do Trabalho). O pleno reafirmou a jurisprudência do TST no sentido de que a natureza salarial das chamadas horas in itinere, ou de deslocamento, não pode ser afastada por meio de acordo coletivo. As informações são da Agência Brasil.

Na decisão final, a maioria dos ministros entendeu que a autonomia negocial coletiva não é absoluta e que os precedentes do STF (Supremo Tribunal Federal) no sentido da prevalência do acordo coletivo não se aplicam ao caso analisado.

Por maioria, o pleno não aceitou recurso da Usina de Açúcar Santa Terezinha Ltda., de Maringá (PR), contra decisão que a condenou ao pagamento do adicional de horas extras e dos reflexos dessa parcela sobre as demais verbas trabalhistas, como descansos semanais remunerados, férias, décimo terceiro salário e FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço).

Ao julgar recurso de um trabalhador rural contra a usina, o Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região entendeu que a supressão das horas in itinere ou de direitos a elas inerentes só seria possível mediante a concessão de uma vantagem correspondente, o que não houve no acordo coletivo. “Não seria razoável admitir mera renúncia por parte da classe trabalhadora a direitos mínimos que lhes são assegurados por lei”, afirma o acórdão.

No processo julgado pelo TST, a maioria dos ministros também entendeu que não houve contrapartida para os trabalhadores.

Sindicatos podem ser obrigados a prestar contas do uso do imposto sindical

03/10/2016 – Fonte: Portal Contábil

Sindicatos, federações e confederações que representam categorias profissionais e econômicas podem passar a ser obrigadas a informar ao Tribunal de Contas da União (TCU) como estão utilizando os recursos provenientes da cobrança do imposto sindical. A medida está sendo proposta pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), por meio do [PLS 211/2016](#), que terá votação final na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA).

A Constituição determina o recolhimento anual do imposto sindical por todos que integram uma categoria econômica ou profissional, ou que tenham uma profissão liberal, independentemente da condição de filiado a um sindicato.

O tributo, classificado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) como contribuição sindical, é recolhido compulsoriamente pelos empregadores no mês de janeiro. No caso dos trabalhadores, o recolhimento é feito em abril e o imposto é descontado dos salários do mês anterior.

Apesar de instituída pela União, a contribuição sindical tem destinação específica de custeio das atividades sindicais, podendo custear a orientação jurídica aos filiados, serviços assistenciais e mesmo despesas administrativas das organizações.

Autonomia

A forma de aplicar o imposto sindical segue determinação de cada categoria, conforme princípio da autonomia sindical, devendo o seu uso ser fiscalizado e avaliado pelo conjunto de associados.

No entanto, Ricardo Ferraço diz tratar-se de verba pública de natureza tributária, com cobrança compulsória, o que justificaria a necessidade de controle social, como acontece com os demais impostos cobrados no país.

“Não se percebe aqui nenhuma diferença quanto à natureza do imposto”, diz ele, na justificção do projeto.

Ferraço acrescenta que, entre 2009 e 2013, a contribuição sindical movimentou R\$ 11,3 bilhões, conforme informações da Caixa Econômica Federal.

“Diante do volume de recursos envolvidos, é urgente e necessário que haja transparência absoluta sobre a correta aplicação desses recursos”, observa o parlamentar.

O autor informa que dispositivo semelhante, prevendo a fiscalização do TCU sobre o uso da contribuição sindical, foi vetado quando da sanção de lei que trata do reconhecimento das centrais sindicais ([Lei 11.648/2008](#)), sob a alegação de que a medida fere a autonomia sindical.

O relator do projeto na CMA, Ronaldo Caiado (DEM-GO), contesta essa argumentação. Assim como o autor, ele afirma que os recursos provenientes da contribuição sindical não são privados, de propriedade de sindicatos ou das centrais sindicais.

“Trata-se de recursos públicos confiados a essas instituições, que devem aplicá-los de acordo com a lei, no desempenho de suas atividades essenciais e segundo o melhor interesse dos trabalhadores e da sociedade como um todo”, diz o relator.

O relatório de Ronaldo Caiado, com uma emenda de redação, está disponível para votação na CMA, mas o senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou requerimento para que o projeto seja antes analisado pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS). O pedido de Paim foi enviado para deliberação da Mesa do Senado.

Greve dos bancários entra na quinta semana

03/10/2016 – Fonte: Bem Paraná



A greve nacional dos bancários completa hoje o 28º dia corrido, e está muito perto de igualar a mais longa paralisação da categoria, ocorrida em 2004 e que durou 30 dias.

Até a sexta-feira, não havia agendamento de uma reunião entre o Comando Nacional de Greve e a Federação Nacional dos Bancos (Fenaban). O último encontro aconteceu na quarta-feira passada, quando a Fenaban insistiu no reajuste de 7% neste ano. A proposta foi rejeitada na mesa de negociação.

Durante a reunião da semana passada, a Fenaban aumentou de R\$ 3,3 mil para R\$ 3,5 mil a proposta de abono neste ano, e prometeu repor a inflação no próximo ano mais ganho real de 0,5%. Mesmo assim, o comando de greve não abre mão da reposição da inflação neste ano. Em Curitiba, a assembleia de mobilização será realizada hoje, às 17 horas.

Na sexta-feira passada, ficaram fechadas 333 agências bancárias, sendo 5 financeiras, e 7 centros administrativos em Curitiba e região, segundo o sindicato da categoria.

Perdas — Também na sexta-feira passada, a Confederação Nacional de Dirigentes Lojistas (CNDL) divulgou uma estimativa de perdas de até 6% para o comércio caso a greve nos bancos se prolongue, principalmente se atingir o quinto dia útil deste mês.

“Embora boa parte dos serviços oferecidos pelos bancos possa ser feita nos caixas eletrônicos, algumas operações precisam de atendimento personalizado. Existem situações que precisam do contato com o bancário, como descontar um cheque, receber uma ordem de pagamento ou a captação de um financiamento”, diz nota da CNDL.

Ministro da Fazenda prevê queda do desemprego para 2017

03/10/2016 – Fonte: Portal Contábil

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse dia 30, após participar de evento com empresários na capital paulista, que a taxa de desemprego deverá começar a perder força a partir de 2017. Segundo ele, a situação da economia ainda é grave, mas a queda nos indicadores está começando a estabilizar.

“A expectativa é que [o desemprego] comece a cair no ano que vem”, disse. “Esperamos que, com o crescimento da economia, a retomada do emprego acontecerá inevitavelmente. Não imediatamente, acreditamos que durante o ano de 2017, certamente. Não há dúvida que com o crescimento acentuado e continuado da economia nos próximos anos, aí de fato, o desemprego vai tender a cair de uma forma consistente”.

O ministro da Fazenda disse, no entanto, que é prematuro falar em recuperação econômica, e que o país ainda vive uma recessão. “Ainda é prematuro dizer que já começou a recuperação [econômica]”, disse.

“É muito séria ainda a situação. A economia continua em recessão, mas a queda começa a se estabilizar e muitos setores começam a dar indicadores de que podem já estar no início do processo de recuperação, que deve se confirmar e consolidar no próximo ano”.

Meirelles voltou a defender a proposta de emenda à Constituição (PEC), em tramitação no Congresso Nacional, que estabelece um teto para os gastos públicos. De acordo com ministro, mesmo antes de ser aprovada, a medida já está gerando um clima positivo na economia. “O fato de que já está em andamento no Congresso já faz com que a expectativa já melhore, que a economia já comece a dar sinal de recuperação”, disse.

Curitiba pode ter orçamento de R\$ 8,65 bilhões para 2017

03/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

Entregue pela Prefeitura de Curitiba à Câmara de Vereadores nesta sexta-feira (30), o projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para 2017 prevê R\$ 8,65 bilhões em receita para o Município, “cuja metade será gasta em educação e saúde”.

A afirmação é do secretário municipal de Governo, Ricardo Mac Donald Ghisi, que representou o Executivo no ato. O valor é ligeiramente superior ao do ano passado, de R\$ 8,355 bilhões.

Apresentado em audiência pública na quarta-feira, o projeto da LOA 2017 indica R\$ 1,66 bilhão para a saúde (19% do orçamento de referência, portanto acima dos 15% exigidos constitucionalmente) e R\$ 1,56 bilhão para a educação (superior a 30%, quando o mínimo é de 25%). “Também está contemplada a reivindicação de 1% para a cultura”, completou Ghisi.

Das receitas totais, cerca de 62% representam recursos próprios do Município (R\$ 5,33 bilhões); enquanto os repasses da União somam 18,5% (R\$ 1,6 bilhão), os do governo do Estado 12,5% (R\$ 1,08 bilhão) e outras fontes 7% (R\$ 631 milhões).

Ao explicar a projeção orçamentária menor do que aquela da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2017, que era de R\$ 8,7 bilhões, Ghisi disse ser difícil prever o cenário econômico brasileiro para o ano que vem. “Fizemos uma projeção realista”, afirmou.

Ao receber o projeto da LOA 2017, o presidente da Câmara Municipal de Curitiba, Ailton Araújo (PSC), comentou que a votação deve ser menos complicada em plenário pela distância do momento eleitoral.

“O orçamento vai ser profundamente discutido, só que provavelmente sem aquela tensão do ano passado, quando era véspera do pleito”, disse. O projeto da LOA 2017 agora será lido no pequeno expediente da sessão plenária de segunda-feira (3) e depois seguirá para a Procuradoria Jurídica.

Depois tramitará na Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização, a quem cabe dar o parecer da admissibilidade, realizar consulta nas regionais e na Câmara, promover uma audiência pública e abrir o prazo para protocolo das emendas parlamentares. Analisadas as modificações no projeto da LOA 2017, é marcada a votação em plenário – que geralmente ocorre no início de dezembro.

Bandeira tarifária de outubro é verde, sem valor adicional nas contas de luz

03/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

A bandeira tarifária que será aplicada nas contas de luz em outubro será verde, sem custo para os consumidores de energia elétrica. Este é o sétimo mês seguido que a bandeira é verde, que significa que não haverá nenhum valor adicional a ser pago. As informações são da Agência Brasil.

Segundo a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica), os principais fatores que contribuíram para a manutenção da bandeira verde são a evolução positiva do período úmido de 2016, que recompõe os reservatórios das hidrelétricas, o aumento de energia disponível com redução de demanda e a adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro.

O sistema de bandeiras tarifárias foi adotado em janeiro de 2015, como forma de recompor os gastos extras das distribuidoras de energia com a compra de energia de usinas termelétricas. A cor da bandeira que é impressa na conta de luz (vermelha, amarela ou verde) indica o custo da energia elétrica, em função das condições de geração de eletricidade.

Desde o início da vigência do sistema, até fevereiro de 2016, a bandeira se manteve vermelha, primeiramente com cobrança de R\$ 4,50 a cada 100 kWh (quilowatts-hora) consumidos e, posteriormente, com a bandeira vermelha patamar 1, que significa acréscimo de R\$ 3,00 a cada 100 kWh.

Em março deste ano, a bandeira passou para amarela (com taxa de R\$ 1,50 a cada 100 kWh) e, desde abril deste ano, ela é verde. Segundo a Aneel, a bandeira tarifária não é um custo extra na conta de luz, mas uma forma diferente de cobrar um valor que já era incluído na conta de energia, por meio do reajuste tarifário anual das distribuidoras.

A agência considera que a bandeira torna a conta de luz mais transparente e o consumidor tem a melhor informação para usar a energia elétrica de forma mais consciente.

É cliente HSBC? Tire todas as dúvidas sobre a transição para o Bradesco

03/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Migração ocorre no dia 8 e vai mexer com cartões de crédito e débito, validade dos talões de cheque e uso do internet banking



O Bradesco deve finalizar no dia 7 de outubro o processo de transição dos correntistas do HSBC, que a partir do dia 8 terão migrado para a nova instituição. A mudança ocorre após a aprovação da compra pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em junho deste ano por US\$ 5,2 bilhões.

Em setembro, o Bradesco encaminhou kits de boas-vindas aos clientes com cartões de débito e crédito e iniciou a mudança das fachadas das agências e a habilitação dos serviços de internet banking.

Segundo o banco, não há planos de fechamento das unidades físicas e dos centros administrativos, nem da dispensa de nenhum dos cerca de sete mil funcionários da empresa. Os antigos gerentes do HSBC e as agências também deverão ser os mesmos de antes, mas agora estarão sob a tutela do Bradesco.

Para tirar as dúvidas dos correntistas, a Gazeta do Povo criou um guia com as principais perguntas e respostas para as questões mais recorrentes:

A quais serviços terei acesso a partir de 8 de outubro?

No dia 8 de outubro, os clientes do Bradesco poderão usar todas as funções disponíveis do banco: os caixas eletrônicos, que desde 2 de julho estavam disponíveis apenas para saques e pagamentos; o internet banking; e o atendimento ao consumidor pelo telefone (Mobile Fone e Fone Fácil Bradesco).

Com a transição, haverá mudança do plano da conta corrente e as bandeiras dos cartões de crédito?

Não. O Bradesco garante que tanto os planos das contas quanto as operadoras dos cartões continuarão os mesmos com a migração. O mesmo vale para as linhas de crédito contratadas, que manterão as mesmas taxas de juros até o fim do período. Entretanto, caso os correntistas queiram, eles podem aderir aos pacotes de serviços oferecidos pelo Bradesco.

Até quando poderei usar os cartões e os talões de cheque do HSBC?

Os talões de cheque do HSBC que estiverem em posse dos correntistas podem ser usados normalmente. Já os cartões devem ser substituídos até 8 de outubro por motivos contratuais entre as instituições. O banco brasileiro informa, porém, que "caso necessário, será avaliada a possibilidade de um prazo adicional" para o uso dos cartões antigos apenas para algumas funções mediante a avaliação do gerente.

Ainda não recebi o meu novo cartão. E agora?

De acordo com o Bradesco, os cartões de crédito e de débito foram enviados para a maioria dos clientes. Mas, para aqueles que não os receberam junto com o kit de boas-vindas, a recomendação é que entrem em contato com a Central Boas-Vindas pelos telefones 3003-5150 (capitais e regiões metropolitanas) e 0800-718-5150 (demais localidades). Além dos números, os correntistas podem também entrar em contato por meio dos [canais digitais do HSBC](#) e do Bradesco.

Como eu faço para ativar o meu novo cartão?

A greve dos bancários não afeta a ativação dos cartões, segundo o Bradesco. Para a liberação, os clientes devem usar os terminais de autoatendimento e seguir as instruções.

E se a minha agência fechar?

O banco informa que não há previsão de fechamento de unidades físicas e os gerentes deverão ser os mesmos que já atendiam aos consumidores.

Empresas do Brasil e da Itália querem se unir para investir em infraestrutura

03/10/2016 – Fonte: Portal Contábil

Cerca de 70 empresários brasileiros e italianos se reuniram em Brasília, nesta semana, para discutir a formação de parcerias para atuação no mercado brasileiro de infraestrutura. Esse foi o primeiro passo para posteriormente fecharem novos negócios.

O evento, realizado pelo Banco do Brasil e pela Embaixada da Itália, com parceria da Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC) ocorreu na sede do banco em Brasília, e contou com a participação de empresários italianos representantes de 23 grandes grupos das áreas de engenharia e construção, finanças, concessões rodoviárias e ferroviárias, além de fabricantes de equipamentos. Do Brasil, participaram representantes de 16 médias empresas, especialmente focadas nas áreas de construção e engenharia.

Segundo o Banco do Brasil, este foi o primeiro evento do gênero, em que empresários dos dois países avaliaram pilares do ambiente regulatório de concessões e possibilidades de constituir novos consórcios, para assim fazer deslanchar o Projeto Crescer, lançado recentemente pelo governo federal. A ideia é realizar eventos similares a esse com empresários de outros países.

Segundo o governo, o Projeto Crescer tem como objetivo oferecer à iniciativa privada projetos técnica e economicamente factíveis, elaborados para melhorar a qualidade do serviço prestado. Também é objetivo do programa a geração de empregos e a retomada do crescimento econômico.

De acordo com o banco, as agendas entre empresários brasileiros e italianos visaram reunir, de um lado, o conhecimento que empresas brasileiras têm do ambiente de negócios do Brasil, e a capacidade delas para atuar em todo o território nacional.

Do lado italiano, o objetivo foi trazer conjunto relevante de grandes grupos com abrangência multinacional, governança, disponibilidade de capital e experiência nas áreas de concessões e parcerias público-privadas.

Apesar de programas, igualdade de gênero nas empresas ainda é desafio

03/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

A busca pelo equilíbrio em um ambiente corporativo vai muito além de assinaturas e discursos. E pode chegar à mais básica das questões: a oferta de banheiros aos funcionários, como descobriu a Braskem. Como o setor petroquímico tem historicamente uma baixa participação das mulheres – hoje, a presença feminina na empresa ainda está em 22% -, o vice-presidente de comunicação, marketing e desenvolvimento sustentável da empresa, Marcelo Arantes, diz que algumas “lacunas” acabaram passando despercebidas ao longo do tempo.

Uma delas: a quantidade limitada de banheiros femininos no setor industrial, o que obrigava as mulheres a ter de andar bem mais do que os homens quando precisavam ir ao toalete. Além disso, as unidades produtivas também não tinham vagas para grávidas. A partir do diálogo com as funcionárias, a Braskem converteu 73 banheiros, em todo o Brasil, de masculino (ou misto) para feminino. Também providenciou estacionamento adequado para gestantes.

Nas áreas administrativas, a presença das mulheres é maior. Ao valorizar a presença feminina, a empresa também se preocupa em demonstrar que as escolhas pessoais das funcionárias não sejam um impeditivo para seu desenvolvimento profissional. Marina Amore, 33 anos, que trabalha no departamento de marketing da Braskem, está buscando este equilíbrio neste momento.

Marina voltou há cerca de um mês de sua segunda licença-maternidade e, agora, trabalha junto com sua gestora para encontrar o equilíbrio entre suas tarefas familiares e as obrigações na empresa. Ela conta que, entre os temas que já debateu desde seu retorno ao trabalho, está a questão das viagens corporativas. “Eu e minha chefe combinamos que eu saberei claramente quando for essencial que eu faça uma viagem”, exemplifica.

A igualdade entre gêneros é uma das principais bandeiras da presidente da Câmara Americana de Comércio Brasil-Estados Unidos (Amcham), Deborah Vieitas. “As empresas têm de entender o duplo papel da mulher. Precisam criar espaço para que elas evoluam na carreira enquanto constituem família e têm filhos. Assim, não vão perder profissionais preparadas, que optam por deixar a carreira para priorizar a família”, diz.

A presença de Deborah na presidência da Amcham, aliás, reforça a mudança – e também a lenta evolução – da questão do gênero no meio empresarial. Em 96 anos de história, esta é a primeira vez que a entidade é liderada por uma mulher.

Na crise, bancos “punem” mais o consumidor que as empresas

03/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Embora a inadimplência das pessoas físicas tenha ficado mais comportada, elas arcaram com os maiores aumentos nas taxas de juros



Em dois anos e meio, a recessão desempregou quase 5 milhões de brasileiros e levou 3,2 mil empresas – das quais 533 de grande porte – a pedir recuperação judicial. Para

lidar com o risco maior dos empréstimos, os bancos têm aumentado os juros quase sem trégua. E estão pesando bem mais a mão sobre as pessoas físicas.

Números levantados pelo Banco Central sugerem que o castigo imposto aos consumidores é desproporcional. As taxas de juros cobradas deles, que em condições normais já são maiores, subiram mais que as exigidas das empresas, apesar de os níveis de calote terem disparado no setor empresarial e ficado um pouco mais comportados entre as pessoas físicas.

Quando a recessão começou, no segundo trimestre de 2014, a inadimplência das pessoas físicas era de 4,09% da carteira total de empréstimos. Ela recuou um pouco na sequência, passou a subir em meados de 2015 e recentemente voltou a ceder, retornando ao patamar de 4,10%.

Mesmo assim, a taxa média de juros cresceu de 31,14% para 41,85% ao ano, o que significa que pegar dinheiro emprestado ficou 34% mais caro para o brasileiro comum.

A inadimplência das pessoas jurídicas, por sua vez, subiu de 1,91% em abril de 2014, no começo da crise, para 3,15% em agosto deste ano – um salto de 65%. Em contrapartida, o custo do dinheiro para as empresas aumentou 32%, com a taxa média de juros subindo de 16,63% para 22% ao ano.

Descolamento

Na teoria, a taxa básica de juros (Selic) é a principal referência para o custo dos empréstimos bancários, porque reflete o custo que os bancos têm para captar dinheiro. Mas faz tempo que as taxas na ponta se descolaram da Selic. Embora ela esteja “congelada” em 14,25% ao ano desde julho de 2015, de lá para cá o custo médio do dinheiro para pessoas físicas subiu 15% e para empresas, 11%.

A discrepância no tratamento que os bancos dispensam a pessoas e empresas é ainda maior no chamado crédito livre, que exclui operações com recursos direcionados, como a habitação e financiamentos subsidiados ao setor produtivo.

Nesse caso, o crédito para pessoas físicas ficou quase 50% mais caro, acompanhando um aumento de 10% no índice de calote. Para as empresas, cuja inadimplência avançou 60%, a taxa de juros subiu pouco menos de 30%, em média.

Empresas encrencadas

É inegável que a situação ficou menos confortável para os bancos. Com a renda das famílias e o faturamento das empresas corroídos pela retração econômica e pela inflação, o sistema financeiro aumentou as reservas para cobrir prováveis calotes. As chamadas provisões, que em abril de 2014 equivaliam a 4,9% do total emprestado, chegaram a 6,4% recentemente, o maior nível em mais de seis anos.

Parte importante desse movimento, no entanto, está ligada à penúria de grandes empresas, em especial as gigantes que pediram recuperação judicial ou são investigadas pela Lava Jato.

Algumas se enquadram nos dois casos, como a Sete Brasil, que deve R\$ 19 bilhões, e a OAS, com passivo de R\$ 11 bilhões. Sozinha, a operadora Oi deve R\$ 65 bilhões a bancos e fornecedores.

Tentando se antecipar, os bancos têm relaxado as condições de pagamento de companhias encrencadas. Em agosto, a incorporadora PDG Realty reestruturou R\$ 4 bilhões em dívidas. Meses antes, a Rossi Residencial anunciou ter renegociado 90% de sua dívida bancária. A Gol e a varejista Camisaria Colombo também sentaram à mesa em busca de condições melhores.

Desemprego e concentração bancária puxam taxas para cima

Especialistas ouvidos pela **Gazeta do Povo** atribuem à forte alta do desemprego – que chegou a 11,8%, com tendência de continuar subindo – boa parte do movimento defensivo dos bancos, que é facilitado pela elevada concentração bancária do país.

“A situação é bem diferente da que víamos até 2013, quando os juros eram altos mas a renda das pessoas estava crescendo”, diz Fernando Meibak, sócio da Moneyplan Consultoria. “Ao mesmo tempo, temos um problema grave de concentração bancária, que permite aos bancos praticarem taxas elevadas.”

Para Miguel Ribeiro de Oliveira, diretor da Associação Nacional dos Executivos de Finanças, Administração e Contabilidade (Anefac), os bancos estão aumentando as taxas porque o desemprego ainda não atingiu o pico, o que significa que o risco de inadimplência ainda está subindo.

Segundo ele, o índice de calote das pessoas físicas só não estourou porque os bancos estão renegociando dívidas. “Eles estão se antecipando e flexibilizando as condições de crédito. Ao fazer isso, o devedor não fica inadimplente e não entra para a estatística. Mas o próprio banco sabe que isso não garante o pagamento daquela dívida”, explica.

O economista Bruno Fernandes, da Confederação Nacional do Comércio (CNC), observa que um assalariado é, por definição, “menos solvente” que uma empresa, e por isso emprestar dinheiro para ele embute um risco muito maior.

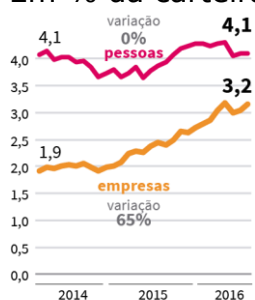
“Por mais problemas que tenha, uma empresa que perdeu 15% do faturamento ainda consegue honrar seus compromissos. Alguém que perde o emprego, não, porque sua renda mensal cai a zero. Essa capacidade de gerar caixa faz com que o dinheiro custe menos para a empresa”, explica.

Pesos e medidas

Enquanto a inadimplência das pessoas físicas pouco mudou, o nível de calote das empresas disparou desde o início da crise, no 2º trimestre de 2014. Apesar dessa diferença, as taxas médias de juros (que supostamente refletem o risco de inadimplência) subiram na mesma proporção para consumidores e pessoas jurídicas.

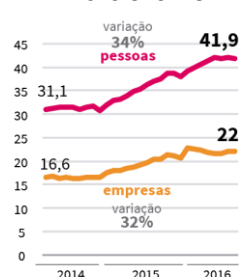
Inadimplência

Em % da carteira



Taxa média de juro

Em % ao ano

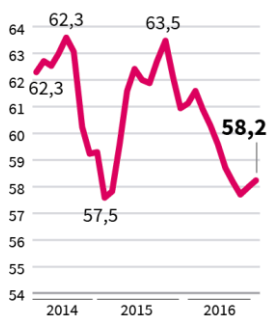


Menos dívidas

A queda na renda e o aperto no crédito vêm limitando novos empréstimos. Com isso, a proporção de famílias endividadas caiu. E o nível de endividamento em relação à renda anual é o menor desde meados de 2012.

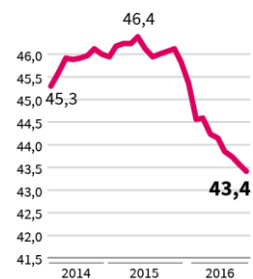
Famílias endividadas

Em % de famílias endividadas



Endividamento

Dívida em relação à renda anual, em %



Estresse, depressão e ansiedade desafiam as empresas

03/10/2016 – Fonte: Gazeta do Povo

Apenas 18% das empresas contam com um programa de saúde mental



Uma vez por semana, os funcionários da Mercado Livre, em São Paulo, param o que estão fazendo para relaxar. A ginástica laboral de 15 minutos é praticada em áreas verdes ou na própria academia que a empresa mantém para os colaboradores.

A companhia também oferece sessões de massagem que podem ser agendadas pela internet, além de ambientes tranquilos e até uma biblioteca. Com um índice de engajamento e felicidade de 96%, a companhia é a exceção a um panorama cada vez mais preocupante no cenário corporativo: os altos níveis de estresse e doenças mentais.

Uma pesquisa realizada pela Universidade de Brasília (UNB) em parceria com o Instituto Nacional de Seguro Social (INSS) apontou que 48% dos trabalhadores que se afastam do emprego por mais de 15 dias enfrentam algum transtorno mental. Em âmbito global, a tendência é a mesma. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) preveem que a depressão será a maior causa de afastamento no mundo até 2020.

Embora os números sejam preocupantes, poucas empresas se atentam a este panorama. Uma pesquisa realizada pela consultoria Mercer, que avaliou 267

companhias de médio e grande porte, mostrou que apenas 18% das organizações contam com um programa de saúde mental. Apenas 5% delas possuem psicólogo em suas dependências e 46% sequer planejam investir em melhorias na área.

Médico da Associação Paranaense de Psiquiatria (APPSIQ), Carlos Augusto Maranhão de Loyola explica que situações estressantes são inevitáveis no dia a dia. Mas, completa, as empresas devem estar atentas para prevenir qualquer estresse prolongado, que pode acabar culminando em transtornos depressivos e ansiosos, a depender da predisposição genética e comportamental de cada funcionário. Isso pode afetar não apenas o ambiente corporativo, como também a carreira de bons profissionais.

Para o coordenador do curso de psicologia da Universidade Positivo, Raphael Di Lascio, as companhias podem tornar a rotina dos trabalhadores mais amena por meio de ações de qualidade de vida. Ainda segundo o psicólogo, equipes de recursos humanos devem avaliar constantemente o desempenho dos setores se utilizando destas análises como termômetro para verificar quando algo não está bem.

Por meio de avaliações internas, a Mercado Livre analisa os ganhos efetivos das muitas ações de bem-estar que promove para funcionários. É oferecendo benefícios e medindo periodicamente a satisfação de seu pessoal que a empresa tem conseguido driblar o estresse.

Segundo a gerente de RH, Helen Menezes, uma pesquisa interna da empresa revelou um aumento de 15% na favorabilidade dos trabalhadores. "Nosso objetivo é cuidar do funcionário sob uma perspectiva integral, buscando o equilíbrio entre sua vida profissional e pessoal. A boa saúde mental é um resultado que a gente colhe nesse processo", explica.

Perspectiva holística

Especialistas orientam que trabalhar a saúde do funcionário de maneira integral é uma forma eficaz de afastá-lo do estresse e auxiliar na prevenção de doenças mentais. O Grupo Algar é um bom exemplo disso.

A empresa possui dois programas de desenvolvimento - um para executivos e outro para os demais colaboradores - fundamentados em quatro esferas da saúde: a biológica, a fisiológica, a emocional e a nutricional. Periodicamente, profissionais acompanham de perto cada funcionário e avaliam em quais âmbitos ele está bem ou não para poder agir sobre qualquer problema identificado.

"Com esse trabalho, ganhamos funcionários mais saudáveis e engajados", conta a diretora de talentos humanos da companhia, Sandra Domingues.

A Ericsson é outra empresa a aliviar a tensão emocional dos seus colaboradores sob uma perspectiva holística. A organização oferece incentivos à prática de esportes realizando eventos de corrida dentro da própria empresa e chegou a organizar uma campanha que reduziu em 70% seu número de fumantes. A diretora de RH da Ericsson no Brasil, Janaína Khatchikian, conta que após a implantação destas iniciativas as pessoas se tornaram muito menos ansiosas.

Saber ouvir

Conhecer de perto as necessidades dos colaboradores é um dos caminhos para prevenir e ajudar a reparar quadros graves de estresse, depressão e ansiedade. As preocupações de muita gente podem estar relacionadas a problemas em casa, no escritório ou mesmo de cunho financeiro, sem que nenhum gestor se dê conta disso.

Para acompanhar de perto casos assim, o Embrakon, abriu um serviço telefônico 0800 disponível para funcionários da empresa em todo o país.

Por meio do programa, que é totalmente sigiloso, o trabalhador pode receber aconselhamento de profissionais como psicólogos, advogados e consultores financeiros e, quando necessário, é encaminhado para um atendimento presencial. “Muitas vezes, a pessoa pode ser orientada com apenas uma ligação, não precisando prolongar o pensamento que a afeta”, explica a gerente da área de pessoas e resultados do Embracon, Brenda Donato.

A Ticket desenvolve um projeto parecido. A empresa mantém um canal telefônico disponível 24 horas por dia, sete dias por semana, com especialistas que apoiam os colaboradores em momentos difíceis, relações familiares controversas e problemas financeiros e jurídicos.

“Cuidados como este influenciam o estado de saúde físico e emocional das pessoas, proporcionando maior saúde mental e bem estar tanto no trabalho quanto na vida pessoal”, defende Ricardo Amaro, diretor de Recursos Humanos da Edenred Brasil, que engloba as marcas Ticket, Accentiv’ Mimética e Repom.

Mente em xeque

Os problemas da mente mais comuns nas empresas:

Estresse: é um estado de tensão frente a situações alarmantes. Quando o indivíduo sofre um estresse prolongado pode desenvolver doenças mentais, como transtornos de ansiedade e transtornos depressivos, a depender de sua predisposição genética e comportamental.

Transtornos de ansiedade: o paciente ansioso tende a estar sempre alerta, preocupado e angustiado. Em geral, se acha atrasado e vive como se uma catástrofe estivesse prestes a acontecer.

Transtornos depressivos: falta de energia e esperança e alterações no sono e na alimentação podem indicar transtornos de depressão. O depressivo, em geral, tem pouco interesse na vida e pode apresentar agitação ou lentidão psicomotora.

Síndrome de Burnout: conhecida como a doença do esgotamento profissional, a síndrome pode unir sintomas de transtornos depressivos e transtornos de ansiedade e geralmente se manifesta quando o trabalhador se doa muito e não identifica nenhuma valorização ou contrapartida.

Segundo o psiquiatra Carlos Augusto Maranhão de Loyola, os primeiros casos do problema foram identificados na década de 1970 em profissionais de saúde que tratavam dependentes químicos e que, com a recaída dos pacientes, viam seu trabalho perder o sentido. Hoje é uma das doenças mais comuns nas empresas.

Brasil entra com processo na OMC contra subsídios dos EUA a exportação de aço

03/10/2016 – Fonte: Bem Paraná

O governo brasileiro dará início a um processo na OMC (Organização Mundial do Comércio) para questionar medidas tributárias que vêm sendo aplicadas pelos Estados Unidos na exportação de produtos siderúrgicos nacionais.

O objetivo da ação é eliminar taxas que estão sendo cobradas pelo governo norte-americano e, diferentemente da interpretação brasileira, são classificadas como subsídios. As informações são da Agência Brasil.

A decisão foi tomada nesta quarta-feira (28), durante reunião do conselho fiscal da Camex (Câmara de Comércio Exterior), no Palácio do Planalto. De acordo com o ministro das Relações Exteriores, José Serra, antes da solução de controvérsias propriamente dita na OMC, é necessário que o Brasil ingresse em uma etapa

preliminar. Há cerca de um mês, a divergência sobre as medidas tributárias tem prejudicado as exportações de aços laminados a frio e a quente, que são utilizados na produção automobilística.

Reivindicado principalmente pelas empresas Usiminas e Companhia Siderúrgica Nacional, o pedido de abertura do processo deve ser feito pelo governo brasileiro antes de dezembro deste ano.

Conforme anunciado mais cedo, o governo confirmou que a alíquota do Reintegra, voltado a reembolsar créditos tributários dos exportadores, vai aumentar para 2% e depois para 3%. Durante a reunião, foram discutidas ações para eliminar barreiras internas que permitem o livre comércio entre países do Mercosul.

De acordo com Serra, há cerca de 80 medidas apontadas pelos empresários dos diferentes países como barreiras. Ele também apontou a necessidade de se harmonizar barreiras sanitárias e fitossanitárias entre os parceiros do bloco como "tarefa a ser cumprida nos próximos meses e anos".

"Nós vamos segunda-feira [3] com o presidente Temer à Argentina e ao Paraguai. E esses serão assuntos [a serem discutidos]. A questão das prioridades próximas do Mercosul vai ser levantadas e analisadas. Outra prioridade é a questão da hidrovía que é tão consensual que nem discutimos hoje. Que é realmente fazer essa hidrovía.

Hoje já existe uma hidrovía de fato, mas com um mínimo de investimentos e de organização, a produtividade pode aumentar muitíssimo", disse.

Presidente deve abordar ajuda ao setor automotivo

03/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

Um programa do governo argentino que concede créditos tributários para as empresas do setor automotivo preocupa a indústria brasileira e ameaça ser um ponto de desconforto durante a visita que o presidente Michel Temer fará a Buenos Aires amanhã. O tema deve ser abordado na conversa com o presidente argentino, Mauricio Macri.

Alegando prejuízos com o Inovar Auto, um programa brasileiro que concede desconto de até 30 pontos percentuais do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) às indústrias que utilizam conteúdo local e investem em melhorias tecnológicas, os argentinos criaram um programa supostamente similar, que concede um bônus tributário de 4% a 15% à indústria local e incentiva o uso de componentes fabricados no país.

Pelas contas do Sindicato Nacional da Indústria de Componentes para Veículos Automotores (Sindipeças), esse programa poderá deixar os carros fabricados na Argentina até 18% mais baratos do que os brasileiros. Com o agravante que o produto poderá ingressar no País sem recolher impostos na importação, dependendo do rigor como o acordo automotivo Brasil-Argentina seja aplicado.

No tênis, é o que se chama de dupla falta", disse o diretor de Comércio Exterior do Sindipeças, Flávio del Soldato. Além de ter um produto mais competitivo, ele poderá ser exportado para o Brasil sem recolher impostos. Como o regime beneficia plantas novas, há risco de investimentos serem deslocados para o país vizinho.

A rigor, os benefícios do programa argentino fazem com que o ingresso de seus produtos no Brasil possa ser taxados como se viessem de fora do Mercosul. Pelo artigo 14 do acordo automotivo entre os dois países, produtos fabricados com o amparo de benefícios fiscais ou subsídios perdem a preferência tarifária. Os benefícios fiscais

argentinos são passíveis de questionamento na Organização Mundial do Comércio (OMC).

Manual de orientação do eSocial está disponível na internet

03/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O Comitê Gestor do eSocial informa no Diário Oficial da União (DOU) desta segunda-feira, 3, que aprovou a nova versão do Manual de Orientação do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). Segundo a resolução, a nova versão já está disponível na internet (<http://www.esocial.gov.br>)

Em agosto, o governo definiu que o uso do eSocial por empregadores começará a ser obrigatório somente a partir de 2018, e não mais em setembro deste ano, como foi fixado ano passado. A obrigatoriedade do eSocial se dará em 1º de janeiro de 2018 para os empregadores e contribuintes com faturamento no ano de 2016 acima de R\$ 78 milhões e em 1º de julho de 2018 para os demais empregadores e contribuintes.

O eSocial vai unificar o envio de informações pelo empregador ao governo em relação aos seus empregados. Instituído por decreto em dezembro de 2014, o sistema padroniza a transmissão, validação, armazenamento e distribuição de dados referentes às obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas dos funcionários.

Receita anuncia medidas no dia 3 para recuperar tributo compensado indevidamente

03/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

A Receita Federal anuncia na próxima segunda-feira, 3 de outubro, medidas que serão adotadas pelo Fisco para recuperar tributos compensados ou suspensos indevidamente e que não vêm sendo recolhidos aos cofres da União. O subsecretário de Arrecadação e Atendimento do órgão, Carlos Roberto Occaso, falará à imprensa às 14h30.

Na quinta-feira, 29, o órgão mostrou que houve aumento de 80% na utilização pelos contribuintes – especialmente empresas – de créditos tributários para quitar dívidas com a Receita no mês de agosto. Na prática, isso significa que o pagamento de muitos débitos não envolveu o ingresso de dinheiro, por isso o impacto negativo na arrecadação.

A explosão no uso dos créditos tributários entrou no radar do Fisco, que iniciará na próxima semana uma investigação. O volume de compensações saltou para R\$ 7,153 bilhões no mês passado.

“Esse resultado não era esperado e está fora do fluxo normal da arrecadação. O movimento será investigado, e a Receita irá deflagrar na próxima semana uma operação para verificar anormalidades”, adiantou na quinta o chefe do Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros da Receita Federal, Claudemir Malaquias. “As compensações já vinham chamando atenção, mas em agosto ficou crítico.”

Os créditos tributários são valores devidos pelo governo aos contribuintes, seja por direito já adquirido por terem efetuado pagamentos a valor maior, ou por terem sido beneficiados por alguma sentença judicial. Só que, no momento de pagar seus tributos, é o próprio contribuinte que informa as compensações que vão abater sobre a dívida. A verificação pelo Fisco ocorre depois, quando o crédito já foi utilizado.

A Receita suspeita de “anormalidades” diante do aumento substancial nas compensações, mas os técnicos evitaram listar possíveis razões por trás do movimento. Com a operação a partir da próxima semana, o órgão pretende identificar

casos de abuso no uso dos instrumentos. Diante da comprovação de irregularidade, as multas "serão pesadas", advertiu Malaquias.

Ministério discute redesenho do setor de combustíveis

03/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O Ministério de Minas e Energia (MME) iniciou uma rodada de conversa com empresas e associações para discutir o redesenho do setor de combustíveis. O governo se prepara para mudanças provocadas pela venda de ativos de refino, distribuição e logística pela Petrobrás.

A empresa vai deixar de ser hegemônica e passar a ser pautada pela lógica de mercado. Interferências políticas, como controle de preços, perdem espaço neste cenário.

As conversas ainda estão em fase embrionária, segundo fontes que participam das discussões. O objetivo é arrumar a casa até 2030 e assim garantir que as empresas estejam preparadas para atender a demanda.

Pelas contas da Agência Nacional de Petróleo, nesse período, o País vai conviver com uma defasagem recorde entre oferta interna e consumo de combustíveis. A projeção é que a importação de combustíveis cresça em até 270% nesse intervalo de tempo.

"O que a Petrobrás diz é que, até então, foi a responsável pelo suprimento em todo o Brasil, mas que agora não tem a obrigação de garantir toda a demanda", afirmou o diretor do Sindicato das Distribuidoras de Combustíveis da Bahia, Ruy Argeu. "Isso pode gerar um desequilíbrio no mercado, uma vez que os novos contratos não preveem garantia ao suprimento total", avalia.

As conversas da estatal com as distribuidoras começaram no início do ano. Os contratos anuais com as empresas regionais venceram em setembro, mas foram prorrogados até que um novo modelo de comercialização seja acertado entre as partes, sob supervisão da ANP.

"Essa decisão é positiva, vai fazer com que outras distribuidoras tenham um protagonismo maior", avalia José Lima de Andrade Neto, ex-presidente da BR Distribuidora e presidente do Sindicato Nacional das Distribuidoras de Combustíveis.

Aumento da população inativa pode estar ligado ao avanço no desalento, diz IBGE

03/10/2016 – Fonte: Tribuna PR

O aumento de 1,3% na população inativa no trimestre encerrado em agosto ante o mesmo trimestre de 2015 pode estar ligado ao avanço no desalento, pessoas que deixam de procurar emprego porque acreditam que não conseguiriam uma vaga. A hipótese foi levantada por Cimar Azeredo, coordenador de Trabalho e Rendimento do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No período de um ano, 809 mil pessoas deixaram a força de trabalho, segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua). "O quadro que pode estar levando a isso é o aumento do desalento, mas a gente não tem certeza", ponderou Azeredo.

O IBGE passará a divulgar as medidas de subutilização da mão de obra a partir de outubro, com dados sobre desalento e insuficiência de horas trabalhadas, medidos pela Pnad Contínua. A primeira divulgação será no próximo dia 13. "São medidas que complementam a taxa de desocupação", explicou Azeredo.

Os dados apresentados pelo mercado de trabalho ainda não responderam às expectativas de uma suposta melhora na atividade econômica. Contrariando um efeito sazonal, a taxa de desemprego permaneceu aumentando no trimestre encerrado em agosto, observou Cimar Azeredo.

A taxa de desocupação aumentou de 11,6% no trimestre encerrado em julho para 11,8% no trimestre encerrado em agosto. No mesmo período de 2015, o resultado foi de 8,7%, segundo os dados da Pnad Contínua.

“Existia a expectativa de a pesquisa começar já a apresentar sinais de recuperação”, disse Azeredo. “Se a economia não vai bem, o mercado de trabalho vai responder negativamente”, completou.

Nessa época do ano, a indústria começa as contratações para dar conta de um aumento na produção estimulado pelas encomendas do comércio para as festas de fim do ano. No entanto, o setor permanece demitindo. A taxa de desemprego começou a crescer significativamente desde o fim de 2014 e vem mostrando deterioração contínua desde então.

“Somando do momento que começou a crise, em 2014, há dois anos, já são 5,2 milhões de pessoas desocupadas a mais no Brasil”, calculou Azeredo.

Desde que a situação do mercado de trabalho começou a piorar, trabalhadores com carteira assinada que eram demitidos ainda conseguiam se recolocar na informalidade, ou como pequenos empregadores ou como trabalhadores por conta própria.

A taxa de desocupação não aumentava pela redução no total de ocupados, mas sim pelo aumento no número de pessoas em busca de uma vaga. No entanto, nos últimos meses, também houve queda na ocupação, a informalidade deixou de ajudar a evitar uma deterioração maior. Atualmente, há tanta redução no número de ocupados quanto aumento no total de desempregados, explicou Azeredo.

“A informalidade que estava dando conta de segurar esse processo de menos pessoas ocupadas hoje não está dando conta mais”, afirmou o pesquisador.

O total de trabalhadores por conta própria está apenas 0,4% maior do que há um ano, mas já cresceu em ritmo muito superior, lembra Azeredo. Ao mesmo tempo, o total de empregadores diminuiu 2,7% no período.

PSA quer retomar 5% do mercado brasileiro com Peugeot e Citroën

03/10/2016 – Fonte: Automotive Business



Depois de passar por reestruturação com profundos cortes, o Grupo PSA voltou a pensar em aumentar sua participação nas vendas de veículos na América Latina: a meta é retomar 5% no Brasil e ficar acima de 6% na média da região somando as marcas Peugeot e Citroën – atualmente essa cota está em 2,6% no acumulado janeiro-agosto no mercado brasileiro, ou 0,3 ponto acima do registrado no mesmo intervalo do ano passado, e a companhia atingiu o recorde histórico de 3,8% considerando todos os países latino-americanos onde atua.

As duas marcas francesas já tiveram o market share pretendido no Brasil, mas desta vez Carlos Gomes, presidente da PSA América Latina, tem a difícil missão de fazer isso acontecer com rentabilidade, o que não ocorria antes.

“Estamos satisfeitos com a América Latina. Tivemos lucro na região pela primeira vez no ano passado e este ano caminhamos para entregar um resultado ainda melhor. Mas no Brasil ainda perdemos dinheiro, o que esperamos mudar com o plano que traçamos para o País”, afirmou Gomes em entrevista no Salão de Paris.

Segundo ele, o Grupo PSA não tem arrependimentos de ter investido na fábrica brasileira, inaugurada há 15 anos em Porto Real (RJ) e que hoje opera com grande ociosidade devido à recessão econômica.

ESTRATÉGIA REGIONAL

A empresa traçou um plano próprio de produtos para os mercados brasileiro e argentino, que a partir de 2019 produzirão carros apenas sobre uma plataforma modular, a Common Modular Platform (CMP) – atualmente são três e já foram cinco –, reduzindo assim complexidade e custos produtivos nas fábricas em ambos os países. Entre modelos com fabricação local e importados, está previsto o lançamento de 16 modelos na América Latina até 2021.

Estão programados cinco lançamentos da Citroën no mercado brasileiro entre 2017 e 2021, incluindo nacionais e importados, mas o novo C3 remodelado apresentado no Salão de Paris não está entre eles, apesar de ser feito sobre a mesma plataforma do modelo fabricado em Porto Real.

“ Fizemos clínicas com clientes e não houve interesse no carro, por isso não vamos investir para fazê-lo no Brasil, o que custaria vários milhões. Vamos preparar nossa própria atualização do modelo”, explica Gomes.



Novo Citroën C3 não será feito no Brasil; o Peugeot 3008 virá importado em 2017

Para a Peugeot, que nos últimos anos teve número maior de renovações, principalmente com o lançamento de 2008, os projetos futuros “ainda estão em estudo”. O que está certo, por enquanto, é a importação do novo SUV 3008 apresentado no Salão de Paris, que chega às concessionárias europeias no fim deste ano e ao mercado brasileiro em algum momento de 2017.

Está em análise, também, a possibilidade de trazer o 5008, SUV de maior porte que debutou na mostra automotiva parisiense. O problema maior das importações, segundo Gomes, é a extrema variação cambial no Brasil que torna o negócio muito arriscado.

EXPORTAÇÕES

Gomes garante que o País segue sendo importante dentro da base industrial mundial da companhia e se esforça para viabilizar mais exportações a partir da planta brasileira, atualmente restritas à Argentina, onde opera sua outra fábrica na região, a primeira da PSA na América Latina.

Da unidade argentina seguem carros para o mercado brasileiro e poucos para o Chile. Todos os demais países latino-americanos são abastecidos com carros fabricados na Europa.

O executivo avalia que a renitente falta de competitividade internacional do Brasil foi parcialmente compensada pela desvalorização do real, mas ainda continuam os problemas de logística, tributação e altos custos de produção com energia e insumos.

“A exportação é a bola da vez, mas não é fácil superar a baixa competitividade que por anos foi encoberta pelo mercado interno em crescimento. Devemos trabalhar para que ao menos os carros vendidos pelo grupo na América Latina sejam majoritariamente fabricados na região, porque hoje em muitos casos é mais barato trazer os carros da Europa”, diz.

Atualmente a PSA trabalha com dois mercados potenciais que podem ser abastecidos pelo Brasil. Já foram embarcados 100 Citroën Aircross este ano para o Egito e existem possibilidades de aumentar as vendas para lá.

“A África é um mercado interessante a ser explorado por nós”, diz Gomes. Outro alvo é a Colômbia, que atualmente só importa da Europa carros da PSA. “Negociamos mandar para lá o Peugeot 2008 feito no Brasil”, revela o executivo.

NOVAS TECNOLOGIAS

Entre as tendências tecnológicas apresentadas este ano em Paris, Gomes reconhece que poucas têm chances no Brasil atualmente. A partir de 2019 o Grupo PSA vai lançar quatro novos modelos elétricos e sete híbridos plug-in (que podem ser recarregados na tomada), mas o presidente da operação latino-americana da empresa avalia que dificilmente algum deles chegará ao mercado brasileiro.

“Sem incentivos e sem infraestrutura não é possível adotar o carro elétrico e o País não tem nenhuma das duas coisas, nem recursos para investir nisso nesse momento”, pondera.

Para as soluções de conectividade Gomes vê um sincronismo mais afinado entre Europa e América Latina. “Vamos continuar avançando nessa área também no Brasil”, diz.

Sobre a nova marca do Grupo PSA, a Free2Move, que reúne as iniciativas de compartilhamento de veículos, Gomes avalia que ainda é cedo para dizer se será possível implantar a mesma estratégia no Brasil e outros mercados latino-americanos. “Estamos olhando esse movimento com atenção, mas ainda não temos os instrumentos necessários para trazer isso”, pontua.

Kia terá centro tecnológico em Salto (SP)

03/10/2016 – Fonte: Automotive Business



O Grupo Gandini, responsável pela importação dos carros da Kia Motors para o Brasil, anunciou investimento de R\$ 30 milhões na construção de um centro tecnológico em Salto, no interior de São Paulo. A iniciativa cumpre uma das exigências do Inovar-Auto, regime automotivo que determina investimentos mínimos em pesquisa, desenvolvimento e inovação no Brasil.

Chamado de Gandini Centro Tecnológico, o empreendimento ocupará 2,4 mil metros quadrados de um terreno de 5,9 mil metros quadrados às margens da Rodovia Santos

Dumont. O complexo contará com dinamômetros para testes de veículos leves com motores a diesel e do ciclo Otto. Ali os propulsores passarão por ensaios de consumo e de emissões e por desenvolvimento para que possam atender à legislação brasileira de emissões.

Além de atender a demanda da Kia Motors, a estrutura também prestará serviço a outras empresas. José Luiz Gandini, presidente do Grupo com mesmo nome, assinou protocolo de construção do centro tecnológico na quinta-feira, 29, ao lado de Eliana Aparecida Leopoldino Rodrigues Moreira, da secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Turismo de Salto.

Renault-Nissan e Daimler intensificam parceria

03/10/2016 – Fonte: Automotive Business



Sete anos após firmar uma parceria para tocar três projetos conjuntos na Europa, os grupos Renault-Nissan e Daimler intensificaram parceria e multiplicaram projetos conjuntos. Os primeiros resultados dessa associação começam a aparecer e foram apresentados durante o Salão de Paris por seus idealizadores, Carlos Ghosn, CEO da Aliança Renault-Nissan, e Dieter Zetsche, presidente do conselho do Grupo Daimler e CEO da Mercedes-Benz Cars.

Dizendo que ambos eram “pais, ou mães se preferirem”, da iniciativa de unir as duas companhias em torno de interesses comuns, Ghosn começou a entrevista coletiva que os dois executivos fazem anualmente para atualizar o status da união afirmando que ela é importante para fazer frente às mudanças da indústria.

“Provavelmente veremos nos próximos cinco anos mais mudanças no setor do que vimos nos últimos dez. Por isso esse tipo de colaboração também é uma tendência que deveremos ver mais frequentemente daqui por diante, conforme as fabricantes são desafiadas a manter o ritmo acelerado das evoluções tecnológicas. Ninguém é capaz de fazer tudo sozinho”, afirmou o CEO da Aliança Renault-Nissan.

Sua contraparte no Grupo Daimler complementou: “Experimentamos sinergias que nos dão economia de escala e velocidade para desenvolver projetos”, resumiu Zetsche. “Nossa parceria cresceu e amadureceu. Os resultados claramente beneficiam ambos os sócios”, afirmou Ghosn.

ELÉTRICOS, FÁBRICAS, CARROS, MOTORES E PICAPES

Os primeiros resultados concretos da associação são atualmente resumidos em quatro grandes projetos. O primeiro deles é a fabricação conjunta de carros elétricos na Europa.

Desde 2014, os subcompactos Smart e Twingo compartilham a mesma plataforma comum desenvolvida pelos grupos Daimler e Renault-Nissan. Agora todas as três novas versões elétricas dos três modelos Smart (Fortwo, Forfour e Cabrio) que debutaram neste Salão de Paris também vão usar motor elétrico produzido pela Renault em Cléon, França.

A Daimler produz o carrinho de dois lugares em sua fábrica francesa de Hambach, enquanto os de quatro assentos são feitos pela Renault em NovoMesto, na Eslovênia.

O maior investimento conjunto está acontecendo no México, em Aguascalientes, dentro do mesmo complexo onde a Nissan já tem três plantas. As duas empresas constroem em sociedade meio-a-meio uma fábrica de US\$ 1 bilhão, com capacidade para produzir 230 mil carros/ano, começando em 2017 com uma nova família de compactos Infiniti (marca de luxo da Nissan) e Mercedes-Benz em 2018. Os carros também serão produzidos em unidades da Daimler e Nissan na Europa e China.

Dentro da parceria também está em curso o desenvolvimento da primeira picape Mercedes-Benz de uma tonelada, que dividirá parte de sua arquitetura com a Nissan NP300, ou nova Frontier, que também dá origem à Renault Alaskan – esta já em produção no México e mostrada pela primeira vez ao público europeu no Salão de Paris. Os três modelos serão produzidos entre o fim de 2017 e início de 2018 na planta da Renault em Córdoba, Argentina, e da Nissan em Barcelona, Espanha.

“Escolhemos a Argentina para produzir as três picapes sobre a mesma plataforma da parceria por três motivos: temos capacidade de produção disponível lá, existe uma base de fornecedores formada para este tipo de veículo, que já atendem concorrentes [Toyota, Ford e Volkswagen montam picapes em suas plantas argentinas], e precisamos exportar mais da unidade (para poder importar, dentro de um sistema de cotas que os argentinos impõem às montadoras)”, explicou Ghosn.

“Temos também os mesmos impulsos, pois já produzimos vans (Sprinter e Vito) na Argentina”, acrescentou Zetsche. “A Nissan tem 80 anos de experiência em fazer picapes e para nós é uma oportunidade de entrar em um segmento crescimento, com clientes que demandam picapes com o mesmo conforto de um carro. É nesse sentido que estamos orientando este projeto, com design e engenharia próprios”, completou.

Também está a todo vapor a produção de motores em conjunto na fábrica da Nissan no Tennessee, Estados Unidos. No segundo semestre de 2014 os fabricantes começaram a fazer motores a gasolina 2.0 de quatro cilindros para modelos Nissan e Mercedes.

Desde então, já foram produzidas cerca de 250 mil unidades. Este ano as duas empresas decidiram investir para ampliar a planta, que além de atender o mercado local exporta para fábricas da Daimler na Inglaterra, África do Sul e componentes para a Alemanha.

FUTURO

“Estamos certos que esta parceria vai crescer ainda mais nos próximos anos, que tem nos ganhos de economia de escala sua grande vantagem. Flexibilidade é o nome desse jogo”, disse Zetsche.

“Vamos seguir adiante só com o que estamos confortáveis para fazer em conjunto. Não temos tabus, está tudo em cima da mesa. A prioridade é aproveitar todas as sinergias possíveis, mas estamos tornando nossa associação mais sofisticada, com novos projetos”, afirmou Ghosn.

Apesar de a Aliança Renault-Nissan ser a maior vendedora de carros elétricos do mundo atualmente, e de a Mercedes-Benz ter anunciado no Salão de Paris que também vai entrar nesse jogo para ser não menos do que um dos 10 maiores até 2025, os dois executivos garantem que não há conflito de interesses nem desconforto entre as partes.

A Renault fornece os motores elétricos dos novos Smart elétricos, mas as baterias são da Daimler, que está investindo € 1 bilhão para fazer suas próprias baterias em duas fábricas na Alemanha.

Por enquanto, segundo Zetsche e Ghosn, não há planos de compartilhamento de baterias, o ponto mais crítico para viabilizar os veículos movidos a eletricidade. Em Paris, a Mercedes apresentou seu primeiro protótipo de SUV elétrico e a submarca EQ que dará origem a uma família de automóveis eletrificados.

Há bem mais tempo no segmento, a Renault lançou no salão francês o subcompacto elétrico ZOE com autonomia que dobrou de distância, para 400 km. Ao menos nessa área, parece que os interesses ainda não batem.

Plano de previdência conservador rende muito pouco, aponta estudo

03/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo



Apontados como uma das peças que podem aliviar o sistema previdenciário brasileiro, os planos de aposentadoria privada conservadores vendidos por bancos e seguradoras têm tido rentabilidade inferior à que os clientes conseguiriam se aplicassem diretamente em produtos com baixo risco disponíveis, como títulos públicos.

No longo prazo, o ganho menor pode levar o investidor a demorar mais para se aposentar ou receber uma renda inferior à desejada.

A conclusão é de um estudo da XP Investimentos que analisou a rentabilidade de fundos de previdência conservadores (renda fixa) e mais arriscados (multimercados) nos últimos 12 e 24 meses.

O levantamento tomou como base 524 produtos com patrimônio líquido superior a R\$ 30 milhões, ou seja, os maiores da indústria.

Apesar de mostrarem um retrato da situação dos produtos no período, é preciso lembrar que planos de previdência têm como objetivo a aposentadoria; portanto, devem ser encarados como investimento de longo prazo.

Uma parcela dos fundos conservadores analisados investe em títulos públicos pós-fixados (de baixa volatilidade). Outros aplicam também em papéis privados e em ativos com vencimento mais longo atrelados à inflação (alta volatilidade).

Já nos fundos multimercados, o nível de risco varia conforme a aplicação em ações, ativos no exterior ou outros investimentos considerados mais arriscados.

O resultado mostra que só 12 em cada 100 (11,9%) fundos conservadores superou, nos últimos 12 meses, o CDI. A taxa –que é a média dos juros cobrados em empréstimos entre instituições financeiras, hoje em 14,13% ao ano– serve como parâmetro para o retorno de aplicações em carteiras com menor risco.

Quando o prazo é ampliado para os últimos dois anos, só pouco mais de 3 de cada 100 (3,6%) superaram o CDI.

O principal diferencial dos fundos que renderam mais que o CDI foi a taxa de administração inferior a 1%. Na ponta contrária, 46% dos fundos conservadores com

ganho inferior ao do indicador de referência cobravam taxas superiores a esse percentual.

"A qualidade da gestão é importante, mas o ponto principal a ser analisado é o custo. Tem uma correlação enorme entre os fundos mais caros e uma performance pior", afirma Gustavo Pires, sócio da XP Investimentos.

A taxa de administração incide sobre o patrimônio dos fundos que é distribuído aos cotistas. Quanto maior a mordida, menos os investidores recebem.

Análise: Expectativas econômicas se descolam da realidade no país

03/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

As expectativas dos brasileiros em relação ao futuro da economia do país se descolaram da realidade.

Consumidores e empresários têm se tornado otimistas sobre as perspectivas para os próximos meses, embora reportem uma situação corrente de melhora muito lenta ou ainda de retração.

Esse retrato começou a ser revelado pelas pesquisas de confiança dos últimos meses e se consolidou com as sondagens divulgadas nesta semana pela FGV.

Nos setores de comércio e construção, os índices que medem a expectativa em relação ao futuro estão aproximadamente 20 pontos acima dos que aferem a percepção da situação atual dos negócios. É a maior diferença registrada em ambas as séries históricas, iniciadas em 2010.

A esperança de recuperação do consumidor brasileiro supera em 22 pontos o sentimento em relação ao presente, o hiato mais significativo desde fevereiro de 2008. Um detalhe interessante é que as expectativas do consumidor subiram em setembro, embora sua percepção atual tenha piorado.

O otimismo pode ser um importante motor de recuperação se redundar em consumo e investimentos. Mas para que isso ocorra as expectativas precisam ganhar lastro na realidade, o que ainda não tem acontecido.

"A percepção da situação atual está muito descolada da expectativa com o futuro. Em períodos de normalidade, esses indicadores andam juntos", diz o economista Igor Velecico, do Bradesco.

O descasamento entre expectativas e realidade pode ser explicado pela intensidade da recessão vivida pelo Brasil nos últimos dois anos.

Embora haja alguns sinais de retomada, esse processo ainda é marcado por altos e baixos. Depois de ensaiar uma recuperação, a indústria, por exemplo, voltou a dar sinais de queda de produção em agosto. E o desemprego ainda está aumentando de forma disseminada.

O Bradesco, que esperava uma estabilização da atividade econômica no terceiro trimestre deste ano e uma leve recuperação no quarto, reduziu as duas projeções. "O investimento ainda está com mais cara de estabilidade do que de crescimento", afirma Velecico.

O economista menciona a produção de cimento —indicador da atividade na construção civil— que caiu, por exemplo, em agosto.

Segundo Felipe Salles, economista do Itaú Unibanco, é comum que, em momentos de início de recuperação, os indicadores não progridam de forma linear. "O importante é que estamos em um momento de inflexão", afirma.

Mas ele ressalta que, para que a tendência de retomada ganhe fôlego, é importante que o governo aprove as medidas para controlar o crescimento do gasto público.

O Itaú Unibanco espera que, depois de contrair 3,2% neste ano, a economia brasileira cresça 2% em 2017 e 4% em 2018, principalmente por causa da alta ociosidade gerada pela recessão.

"Para continuar crescendo no ritmo de 4% depois, serão necessárias reformas para atacar problemas como a burocracia e o sistema tributário complexo", diz Salles.

(ÉRICA FRAGA- editora da Folha de S. Paulo)

Para por fim a processo, VW vai pagar US\$ 1,21 bi a concessionárias dos EUA

03/10/2016 – Fonte: Folha de S. Paulo

A Volkswagen confirmou nesta sexta-feira que vai pagar US\$ 1,21 bilhão a 652 concessionárias da marca nos Estados Unidos como parte do acordo de US\$ 16,5 bilhões para por fim a processos por fraudar o sistema de emissão de poluentes de veículos a diesel.

As concessionárias vão receber ao longo dos próximos 18 meses uma média de US\$ 1,8 milhão cada, segundo o acordo anunciado em agosto.

Em separado, o Departamento de Justiça dos EUA, a Federal Trade Commission e advogados dos donos de 475 mil carros a diesel apresentaram documentos pedindo a um juiz federal para conceder um aval final para ofertas de recompra dos veículos ou correção do problema, em audiência marcada para o dia 18 de outubro.

A empresa, que foi impedida de vender veículos a diesel no país desde o fim de 2015, disse no início do mês que é incerto se voltará a vender veículos a diesel nos EUA novamente.

A Volkswagen ainda enfrenta bilhões de dólares em multas potenciais nos EUA por violar leis de emissões de poluentes, bem como ter que recomprar 85 mil veículos equipados com motores 3.0 a diesel, se não puder convencer os reguladores de que os defeitos podem ser corrigidos.

A VW admitiu ter instalado softwares que desativavam controles de poluição em mais de 11 milhões de veículos a diesel vendidos no mundo.

TJLP ficará em 7,5% ao ano até o fim de 2016

03/10/2016 – Fonte: Portal Contábil

O Conselho Monetário Nacional (CMN) decidiu manter a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) em 7,5% ao ano. A decisão foi tomada nesta quinta-feira (29) durante reunião do órgão e divulgada pelo Ministério da Fazenda.

Em nota, a Pasta informou que a decisão foi tomada avaliando as condições financeiras atuais do País e observando o cenário macroeconômico internacional. Essa taxa vai valer para o período de 1º de outubro a 31 dezembro de 2016.

Depois desse período, o conselho, que é formado pelo Ministério da Fazenda, Ministério do Planejamento e pelo Banco Central, volta a se reunir para decidir se muda a taxa

ou não. A TJLP é um indexador econômico que foi criado para regular e estimular investimentos de longo prazo.

Financiamentos de grandes projetos

Projetos importantes de investimento são financiados com operações de crédito que cobram como juros a TJLP. Normalmente são projetos de infraestrutura como obras de estradas, usinas hidrelétricas, aeroportos e outras.

Chinesa Cmoc conclui negócio com Anglo no Brasil e mira novas oportunidades

03/10/2016 – Fonte: DCI

Empresa asiática adquiriu operações da britânica de nióbio e fosfatos, em Catalão, Ouvidor (GO) e Cubatão (SP), por US\$ 1,7 bilhão



A Cmoc International, braço internacional da chinesa China Molybdenum (Cmoc), pode investir ainda mais no Brasil se oportunidades surgirem, aproveitando a boa situação financeira da matriz, disse um executivo nesta sexta-feira, após o fechamento de uma grande aquisição de ativos de mineração da Anglo American.

A empresa avalia que o Brasil está no caminho certo para uma retomada do crescimento econômico, estuda o aprimoramento de suas unidades no Brasil e está atenta a novas oportunidades, afirmou em entrevista à Reuters o principal executivo da companhia no país, Marcos Stelzer.

A chinesa concluiu nesta sexta-feira a aquisição das operações da britânica Anglo American de nióbio e fosfatos, em Catalão, Ouvidor (GO) e Cubatão (SP), por 1,7 bilhão de dólares, em negócio anunciado no início do ano.

Nióbio é um metal usado principalmente na produção de ligas de aço de alta resistência. Já fosfatos são uma das principais matérias-primas para a fabricação de fertilizantes.

A operação marca a chegada no Brasil da Cmoc, fundada na China em 2006. Stelzer destacou que a Cmoc tem uma estratégia de crescimento por aquisição, que está sempre estudando oportunidades e que a empresa tem atualmente uma situação financeira favorável para isso.

O executivo ponderou que não participa de estratégias da empresa para aquisições, mas explicou que "o que a gente ouve deles é que eles têm apetite para continuar investindo... pode ser no Brasil".

"Desde que seja uma commodity onde eles entendem que é um ativo que tem potencial e com uma boa estrutura, pode ser um 'target' para a Cmoc", afirmou Stelzer.

O executivo, entretanto, não quis entrar em detalhes sobre quais ativos poderiam interessar à Cmoc. Questionado sobre se a empresa teria interesse em ativos da Petrobras de fertilizantes, que estão à venda, Stelzer preferiu não comentar.

Para Stelzer, que trabalhou anteriormente por 27 anos na Anglo American, onde seu último cargo foi de diretor Comercial e Supply Chain na Anglo American Níquel, Nióbio e Fosfatos, o Brasil está no caminho para retomar seu crescimento.

"Estamos esperançosos, acho que estamos indo no caminho certo, não é um processo fácil, mas pelo menos as primeiras medidas que estão sendo tomadas indicam, dão um pouco de pensamento mais positivo em relação ao país", afirmou.

"Quando olha a agricultura a gente fica mais feliz ainda, porque vai bem, mesmo nos períodos piores... o Brasil tem esse potencial de crescimento agrícola que é um diferencial em relação a outros países."

Juntos, os dois negócios adquiridos pela Cmoc geraram receita de 543 milhões de dólares e um lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização (Ebitda) de 143 milhões de dólares em 2015. Os dados de 2016 apenas serão publicados no fechamento do ano.

Stelzer explicou que a nova gestão estará focada em concluir um aumento de produção em curso na unidade de nióbio e que também estuda possibilidades para crescer e agregar valor à unidade de fosfatos.

"A estratégia comercial se mantém, a ideia é conseguir melhorar ainda mais o negócio, dentro de uma base de clientes que está consolidada", afirmou.

No caso da unidade de fosfatos, a Anglo vendeu para a Cmoc mina, planta de beneficiamento, dois complexos químicos e dois depósitos minerais adicionais.

"O Brasil tem uma carência de fertilizantes, importa quase 60 por cento do fósforo que ele precisa, então a expectativa do lado de fertilizante é a melhor possível, é um negócio regional, bem posicionado, em uma área em que a demanda é muito alta", afirmou Stelzer.

Já o negócio de nióbio é composto de uma mina e três plantas de processamento, duas minas que não estão em atividade no momento, dois depósitos minerais adicionais e escritórios de vendas e marketing no Reino Unido e Cingapura.

Segundo Stelzer, seus principais clientes de nióbio estão na China, Índia e Europa. Para o executivo, apesar do momento para o nióbio estar "um pouco mais difícil hoje", devido à desaceleração da demanda da China, a companhia acredita em uma recuperação do mercado no curto prazo.

A unidade internacional da Cmoc é focada em mineração e processamento, fundição, tecnologia de produtos, comércio, pesquisa e desenvolvimento.

Além das unidades adquiridas de nióbio e fosfatos, a empresa também produz molibdênio, tungstênio, cobre e ouro. Dentre seus ativos, a Cmoc controla 80 por cento da Northparkes Mines, a quarta maior produtora de cobre na Austrália.

Indústria do Brasil reduz produção e funcionários e contração se prolonga em setembro, mostra PMI

03/10/2016 – Fonte: DCI

A indústria brasileira reduziu a produção e o número de funcionários em setembro diante da fraqueza tanto do mercado externo quanto interno, e a contração do setor se prolongou ainda mais, mostrou a pesquisa Índice de Gerentes de Compras (PMI, na sigla em inglês) divulgada nesta segunda-feira.

O Markit informou que seu PMI sobre a indústria do Brasil subiu ligeiramente a 46,0 em setembro contra 45,7 em agosto, porém permaneceu pelo 20º mês seguido abaixo da marca de 50 que separa crescimento de contração.

"Essa fraqueza generalizada tem sido um tema usual há cerca de um ano e meio e há pouco que sugira qualquer mudança iminente na direção para o setor", afirmou em nota a economista do Markit Pollyanna De Lima.

A produção caiu no mês passado pelo ritmo mais forte em três meses e de forma generalizada nos três grupos de mercado monitorados, destacadamente no de bens de consumo.

Em meio à instabilidade da economia, o nível de novos negócios sofreu nova queda, com os entrevistados citando ainda a fraqueza da demanda e restrições de crédito. Diante da concorrência acirrada nos mercados globais, o volume de novos negócios provenientes do exterior diminuiu pela taxa mais acentuada desde maio de 2009, de acordo com o Markit.

As indústrias continuaram buscando reduzir custos e com isso diminuíram mais uma vez o número de funcionários. O nível de empregos diminuiu em todos os três subsetores, sendo o mais afetado o de bens de capital.

Sobre os custos, os preços de insumos subiram mais uma vez com os entrevistados citando a desvalorização do real, e as indústrias voltaram a aumentar os preços de seus produtos.

A produção industrial brasileira surpreendeu e iniciou o terceiro trimestre com alta de 0,1 por cento sobre o mês anterior, o quinto resultado positivo seguido porém o mais fraco desse período. O IBGE divulga na terça-feira os números de agosto.